



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



Associado Mantenedor - desde 2010
IBGC
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2017 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim, o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 15,4 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 13,2 bilhões.

DESTAQUES DO ANO

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 30 de setembro de 2017.
- Responsável por 67,4% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 67,0% no segmento de caminhões e ônibus e 67,4% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito braA- pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Quinta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 500 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 26,1% em 31 de dezembro de 2017.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2017 concentraram 89% de sua carteira entre os ratings AA, A, B e C.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

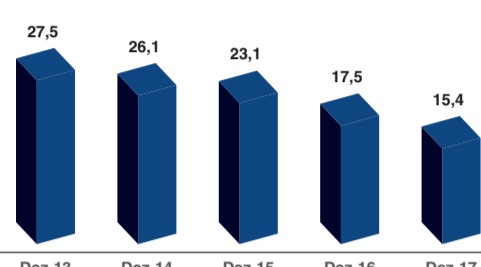
O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Compromisso com as regulamentações do setor

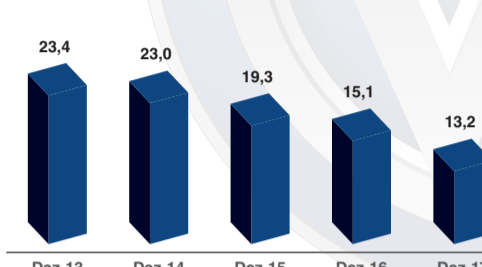
O Banco Volkswagen, como parte de um Grupo atuante em cerca de 50 países, adota práticas que atendem às necessidades da Matriz.

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

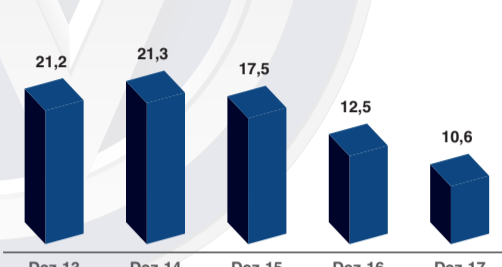
TOTAL DE ATIVOS (R\$ bilhões)



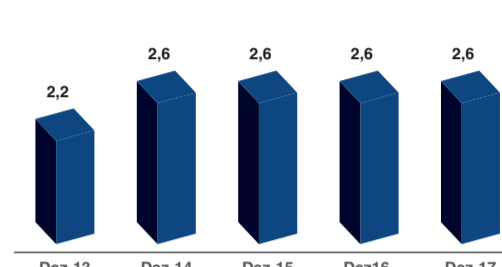
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2017	2016	
CIRCULANTE	8.141.057	9.577.496	CIRCULANTE
Disponibilidades	11.883	9.990	Depósitos (Nota 10)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	346.564	910.326	Depósitos interfinanceiros
Aplicações no mercado aberto	346.564	796.157	Depósitos a prazo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	114.169	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	53.271	34.209	Recursos de letras financeiras
Carteira própria (Nota 4)	52.506	29.479	Obrigações por empréstimos (Nota 12)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	765	4.730	Empréstimos no exterior
Operações de crédito (Nota 6)	6.972.739	7.927.474	Empréstimos no país
Operações de crédito - setor privado	7.215.780	8.018.853	Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)
Operações de crédito vinculadas a cessão	78.370	347.023	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)
Provisão para operações de crédito - setor privado	(321.411)	(438.402)	Outras obrigações
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.028)	(1.031)	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes
Arrendamentos a receber - setor privado	93.235	49.755	Sociais e estatutárias (Nota 18)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(92.898)	(49.495)	Fiscais e previdenciárias (Nota 14)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.365)	(1.291)	Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)
Outros créditos	708.612	614.365	Provisão para contingências (Nota 15)
Créditos tributários (Nota 19 (a))	206.772	395.939	Dívidas subordinadas (Nota 16)
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	223.208	40.087	Diversas (Nota 17)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.942)	(257)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Diversos (Nota 7)	280.574	178.596	Depósitos (Nota 10)
Outros valores e bens	50.016	82.163	Depósitos interfinanceiros
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.182	12.692	Depósitos a prazo
Outros valores e bens	46.834	69.471	Recursos de aceites e emissão e títulos (Nota 11)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.539.511	7.959.781	Recursos de letras financeiras
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	87.203	Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)
Carteira própria (Nota 4)	-	87.062	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	141	Outras obrigações
Operações de crédito (Nota 6)	4.956.710	5.985.532	Fiscais e previdenciárias (Nota 14)
Operações de crédito - setor privado	5.421.325	6.518.366	Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	91.870	Provisão para contingências (Nota 15)
Provisão para operações de crédito - setor privado	(464.615)	(624.704)	Dívidas subordinadas (Nota 16)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.163)	(7.447)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 16)
Arrendamentos a receber - setor privado	103.800	51.071	Diversas (Nota 17)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.574)	(50.429)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2n)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.389)	(8.089)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)
Outros créditos	1.583.958	1.290.718	Capital social de domiciliados no país
Créditos tributários (Nota 19 (a))	931.520	728.267	Reserva de lucros
Diversos (Nota 7)	652.438	562.451	
Outros valores e bens	1.006	3.775	
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.006	3.775	
PERMANENTE	755.316	576.818	
Investimentos	467.535	383.590	
Investimento em controlada (Nota 9)	467.535	383.590	
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	11	15	
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	265.277	163.673	
Bens arrendados	322.866	251.777	
Depreciações acumuladas	(57.589)	(88.104)	
Intangível	22.493	29.540	
Ativos intangíveis - líquido de amortização	22.493	29.540	
TOTAL DO ATIVO	15.435.884	17.514.095	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.314.415	2.585.164	2.259.888	
Operações de crédito	1.276.329	2.508.380	2.715.515	
Operações de arrendamento mercantil	56.883	108.412	113.992	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	32.394	89.320	238.112	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(51.191)	(120.948)	(807.731)	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(575.103)	(1.252.202)	(1.540.391)	
Despesas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))	29.567	56.478	62.750	
Despesas de pessoal	(1.170)	(2.083)	(3.625)	
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))	(168.406)	(297.001)	(359.268)	
Despesas tributárias	(53.311)	(70.975)	(68.193)	
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	31.571	83.945	115.869	
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))	99.699	135.511	93.330	
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))	(305.795)	(467.211)	(373.438)	
Operações de venda de ativos financeiros	(3.153)	(23.360)	(133.239)	
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(171.005)	(340.685)	(732.162)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	739.312	1.332.962	719.497	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(367.845)	(561.336)	(532.575)	
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))	29.567	56.478	62.750	
Despesas de pessoal	(1.170)	(2.083)	(3.625)	
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))	(168.406)	(297.001)	(359.268)	
Despesas tributárias	(53.311)	(70.975)	(68.193)	
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	31.571	83.945	115.869	
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))	99.699	135.511	93.330	
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))	(305.795)	(467.211)	(373.438)	
RESULTADO OPERACIONAL	371.467	771.626	186.922	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21 (f))	(15.015)	(28.229)	(33.619)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	356.452	743.397	153.303	
SOBRE O LUCRO	356.452	743.397	153.303	
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(45.713)	(128.236)	(6.355)	
Contribuição social (Nota 19(c))	(28.414)	(101.493)	(4.144)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	282.325	513.668	142.804	
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	0,90	1,64	0,46	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	116.793	1.316.148	1.310.782	
Lucro líquido do semestre/exercícios	282.325	513.668	142.804	
Ajustes ao lucro líquido:				
Amortizações e depreciações	5.742	11.361	10.802	
Resultado na baixa de bens de ativo intangível	-	-	5.782	
Resultado de participação em controlada	(31.571)	(83.945)	(115.869)	
Provisão para devedores duvidosos	171.005	340.685	732.162	
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	84.679	167.106	201.502	
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	24.097	117.748	349.619	
Provisão (reversão) para outros valores e bens	(8.616)	(8.685)	6.588	
Ajustes de passivos fiscais e previdenciários e provisão para contingências	162.457	234.678	113.194	
Tributos diferidos	(30.326)	23.532	(135.802)	
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	659.792	1.316.148	1.310.782	
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	43.279	64.485	559.781	
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	330.257	1.533.267	3.496.330	
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(66.122)	(223.937)	78.050	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(50.526)	(107.547)	(19.980)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS	256.888	1.266.268	4.114.181	
Aumento (redução) em depósitos	424.204	1.507.715	660.404	
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	119.170	(329.294)	(1.735.805)	
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(665.983)	(1.663.026)	(2.125.839)	
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(32.096)	(657.272)	(198.544)	
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(876.107)	(1.434.827)	(1.499.099)	
Aumento (redução) em outras obrigações	(8.862)	(369.914)	(855.766)	
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	1.242	(11.978)	(86.425)	
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	(1.038.432)	(2.958.596)	(5.841.084)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(121.752)	(376.180)	(416.111)	
Aquisição de ativo intangível	(1.423)	(4.311)	(3.273)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.423)	(4.311)	(3.273)	
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(60.491)	(106.531)	(421.442)	
Dividendos pagos	(74.847)	(74.847)	(40.153)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(135.338)	(181.378)	(461.595)	
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(258.513)	(561.869)	(880.979)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	616.960	920.316	1.801.295	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))	358.447	358.447	920.316	
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(258.513)	(561.869)	(880.979)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.
(a) Ajuste do resultado
O resultado é ajustado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.
(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:
Disponibilidades - depósitos bancários 11.883 9.990
Aplicações interfinanceiras de liquidez 346.564 796.157
Aplicações no mercado aberto - 114.169
Aplicações em depósitos interfinanceiros 358.447 920.316
(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:
I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta

destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de hedge, as quais são destinadas a hedge de risco de mercado.
(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos
As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.
I - Operações de crédito cedidas
De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

II. (iii) - Superveniência/insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. A despesa de insuficiência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.158 (2016 - R\$ 23.595) e no segundo semestre de 2017 superveniência de R\$ 1.186 e está apresentada na rubrica de operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 35.584 (2016 - R\$ 38.742) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(f) **Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**
A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e levada em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(g) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, com ativos basicamente por veículos recebidos em regime de pagamento. São registrados no passivo circulante, deduzidos quando aplicável, a provisão para desvalorização.

(h) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Base em valor recuperável de ativos não financeiros

Com redução análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(k) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III - Obrigações contingentes - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(m) Imposição para imposto e contribuição social

A Imposição para renda de venda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais precizadas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os resultados dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto		Aplicações em depósitos interfinanceiros	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	254.236	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.499	541.921	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	210.065	-	-	-
Pós-fixado DI	-	-	114.169	-
	346.564	796.157	114.169	-

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquire investimentos subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2017	2016
Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver One		-	29.479
Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two		24.216	33.753
Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three		28.290	53.309
Circulante		52.506	29.479
Realizável a longo prazo		-	87.062

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular Bacen 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2017 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

Tipo	2º semestre		Exercício	
	Receita (Despesa)	Valor	Receita (Despesa)	Valor
Swap - Pré x DI	3.658	71.781	347	7.699
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	(54.849)	200.000	418	(128.647)
	(51.191)	765	765	(120.948)
Circulante	-	765	-	-

Tipo	2016		Exercício	
	Receita (Despesa)	Valor	Receita (Despesa)	Valor
Swap - Pré x DI	438.400	141	(146)	4.404
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	1.956.698	4.730	(532.486)	(812.135)
	4.871	(532.632)	(807.731)	-
Circulante	-	4.730	(532.486)	-
Realizável/exigível a longo prazo	-	141	(146)	-

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Operações de crédito	12.715.477	14.976.116
Operações de arrendamento mercantil	224.775	118.111
Outros créditos - títulos e créditos a receber	223.208	40.087
	13.163.458	15.134.310

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	563	902
Bens arrendados	316.739	231.883
Depreciação acumulada de bens arrendados	(89.371)	(117.241)
Superveniência de depreciação	35.584	38.742
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	6.127	19.895
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(3.802)	(9.606)
Cretores por antecipação de valor residual	(24.775)	(46.464)
	224.775	118.111

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2022 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 87.176 (2016 - R\$ 83.544), sendo que desse total R\$ 41.065 (2016 - R\$ 46.464) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária estipulada.

(c) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e, portanto, o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 17). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

(i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver One	07/2012	899.462	1.007.150
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		3.018.146	3.158.788

(ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
FIDC Driver One	-	2.889	-	25.733
FIDC Driver Two	9.546	65.268	18.945	75.887
FIDC Driver Three	68.824	370.736	73.059	369.544
	78.370	438.893	92.004	470.964

(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	484.117	484.117	69
A	-	-	7.859.180	7.859.180	40.043
B	91.537	31.585	1.780.092	1.902.214	19.290
C	139.889	11.743	1.329.781	1.481.413	44.193
D	121.445	14.713	365.523	501.681	49.910
E	82.902	13.649	220.799	317.350	95.296
F	56.660	15.186	28.484	100.330	50.572
G	39.963	14.324	22.393	76.680	53.676
H	228.949	113.866	96.678	439.493	439.493
	761.345	215.066	12.187.047	13.163.458	792.722

Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	365.905	365.905	43
A	-	-	9.345.416	9.345.416	47.955
B	315.633	28.450	1.901.535	2.245.618	22.411
C	274.921	23.394	997.119	1.295.434	38.875
D	164.178	17.834	488.929	670.941	67.095
E	84.072	27.826	176.358	288.256	89.279
F	82.674	17.448	60.279	160.401	80.208
G	47.479	23.851	52.374	123.704	88.296
H	350.257	159.358	129.020	638.635	638.635
	1.319.214	298.161	13.516.935	15.134.310	1.072.743

(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

vencidas	Curso anormal		Curso normal		Total
	Vincendas	Vencidos	Vincendas	Vencidos	
Até 180 dias	235.777	-	4.529.745	-	4.765.522
De 181 a 360 dias	180.916	-	2.609.123	-	2.790.129
Acima de 361 dias	344.652	-	4.990.907	-	5.335.559
	761.345	-	12.129.865	-	12.891.210

vencidos	Curso anormal		Curso normal		Total
	Vincendas	Vencidos	Vincendas	Vencidos	
De 01 a 14 dias	-	-	23.943	-	81.125
De 15 a 60 dias	-	-	56.481	-	56.481
De 61 a 180 dias	-	-	93.091	-	93.091
De 181 a 360 dias	-	-	41.551	-	41.551
	-	-	215.066	-	272.248
	-	-	976.414	-	13.163.458

vencidas	Curso anormal		Curso normal		Total
	Vincendas	Vencidos	Vincendas	Vencidos	
Até 180 dias	385.125	-	4.866.696	-	5.251.821
De 181 a 360 dias	297.686	-	2.827.164	-	3.124.832
Acima de 361 dias	636.421	-	5.775.220	-	6.411.641
	1.319.214	-	13.469.080	-	14.788.294

vencidos	Curso anormal		Curso normal		Total
	Vincendas	Vencidos	Vincendas	Vencidos	
De 01 a 14 dias	-	-	10.865	-	58.720
De 15 a 60 dias	-	-	118.136	-	118.136
De 61 a 180 dias	-	-	102.694	-	102.694
De 181 a 360 dias	-	-	66.466	-	66.466
	-	-	298.161	-	47.855
	-	-	1.917.375	-	13.516.935

(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pessoas físicas	5.167.637	6.052.031	-	-
Outros serviços	4.360.481	4.971.371	-	-
Comércio	3.031.251	3.382.047	-	-
Indústria	543.159	663.662	-	-
Rural	28.519	39.899	-	-
Habitação	23.249	17.723	-	-
Intermediário financeiro	9.162	7.577	-	-
	13.163.458	15.134.310	-	-

(g) Movimento da carteira para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2017	2016
Saldo inicial	897.504	1.072.743	960.899	860.899
Constituição de provisão	171.005	340.685	732.161	732.161
Baixas por utilização	(275.787)	(620.706)	(620.318)	(620.318)
Saldo final	792.722	792.722	1.072.743	960.899
Foram recuperados créditos no montante de R\$ 380.494 (2016 - R\$ 237.513). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 30.458 (2016 - R\$ 97.389) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 152.066 (2016 - R\$ 196.089).				

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	612.969	526.080
Devedores diversos - passivos e principais valores em trânsito	177.690	127.004
Impostos e contribuições a compensar	142.353	87.926
Total	933.012	741.047
Circulante	280.574	178.596
Realizável a longo prazo	652.438	562.451

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 11.918 (2016 - R\$ 36.858). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 4.188 (2016 - R\$ 16.467).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.		Exercícios	
	2017	2017	2017	2016
Informações sobre a investida:				
Número de quotas	300.006.232	300.006.232	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%
Lucro líquido do semestre/exercícios	31.571	83.945	115.869	115.869
Patrimônio líquido	467.535	467.535	383.590	383.590
Resultado de equivalência patrimonial	31.571	83.945	115.869	115.869
Investimento	467.535	467.535	383.590	383.590

10. DEPÓSITOS



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 326.421;
- (ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2017 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 187.247, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício.

	2º semestre		Ativo		Exercícios	
	Receita		(Passivo)		Receita	
	(Despesa)		2016		(Despesa)	
	2017	2017	2016	2017	2016	2016
Fleettzil Locações e Serviços Ltda.						
Depósitos a prazo.....	(1.586)	(37.512)	(39.575)	(3.788)	(486)	
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.						
Depósitos a prazo.....	(25.894)	(659.504)	(548.191)	(58.154)	(37.013)	
Letras financeiras subordinadas.....	(84.678)	(1.830.614)	(1.770.039)	(167.105)	(201.502)	
Contas a receber - valores a ressarcir.....	-	70	-	-	-	
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.						
Contas a receber - valores a ressarcir.....	1.272	1.179	1.482	1.791	6.804	
Volkswagen Financial Services NV						
Obrigações por empréstimos no exterior.....	-	-	-	-	(6.309)	
Volkswagen Financial Services AG						
Contas a pagar.....	(1.102)	-	-	(1.102)	(1.848)	

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Benefícios de curto prazo.....	1.954	4.571	7.313	6.935
Benefícios pós-operação.....	67	113	157	157
Outros benefícios de longo prazo.....	-	140	819	819
	2.021	4.824	8.289	8.911

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução 4.557/17 do CMN, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente.

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e avalia um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se

de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco sócio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, e avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês especializados, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/instituicao/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

(b) Outras despesas administrativas

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Despesas com serviços especializados.....	127.297	227.260	288.577	288.577
Despesas com registro de contrato.....	16.361	31.423	27.710	27.710
Despesas de comunicação e manutenção.....	6.935	13.319	14.347	14.347
Despesas com publicidade.....	11.141	11.697	12.050	12.050
Despesas com depreciação e amortização.....	5.742	11.361	10.802	10.802
Outras despesas administrativas.....	93.000	1.941	5.782	5.782
	168.406	297.001	359.268	359.268

(c) Outras receitas operacionais

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Recuperação de encargos e despesas (i).....	68.045	81.935	24.856	24.856
Varição monetária ativa (ii).....	13.531	34.683	55.926	55.926
Reversão de provisões.....	17.831	18.218	10.646	10.646
Outras receitas operacionais.....	292	675	1.902	1.902
	99.699	135.511	93.330	93.330

(i) Refere-se, principalmente à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	2016
Despesas com descontos concedidos.....	92.943	142.981	116.442	116.442
Despesas com provisões operacionais (i).....	107.598	118.717	16.788	16.788
Despesas com comissões.....	44.532	89.177	11.744	11.744
Varição monetária passiva (Nota 15 (b)).....	31.875	57.409	51.812	51.812
Despesas com busca e apreensão.....	16.723	33.831	46.901	46.901
Outras despesas operacionais.....	12.124	25.096	29.751	29.751
	305.795	467.211	373.438	373.438

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 24.804 (2016 - R\$ 24.857), e despesa com destinação de parte do imposto de renda - incentivos fiscais no montante de R\$ 3.425 (2016 - R\$ 2.980).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 7.422 (2016 - R\$ 6.751), cuja provisão é de R\$ 74 (2016 - R\$ 67), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo para serem utilizados na liquidação de débitos junto à RFB, nos termos da legislação do PERT ao qual a Instituição aderiu (Nota 15(d)). A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R\$ 89.226, registrado no demonstração do resultado no mesmo mês.

DIRETORIA

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA

FABRIZIO RUGGIERO

CONTADORA

CAMILA FALEIROS DEL POENTE - Contadora - CRC 1SP290887/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2017, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) analisar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen, e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da adequação dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, produtos, projetos, tecnologia, jurídica, tributária e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; (v) o acompanhamento das atividades relevantes desenvolvidas pela Administração para implantação das Resoluções do CMN nºs 4.539/2016, 4.557/2017, 4.588/2017, assim como da norma IFRS-9 - Instrumentos Financeiros; e (v) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão estávamos fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossos relatórios. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

Fabrizio Ruggiero
Presidente

Rafael Vieira Teixeira

Norberto Valdrigue
Membro Qualificado



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Aos Administradores e Acionistas

Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(e)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.